

# Licença-maternidade é concedida pela Justiça

RECIFE — As médicas Maria do Socorro Almeida Viana e Telma Azevedo Correia ganharam na Justiça o direito à licença-maternidade de 120 dias, prevista pela nova Constituição, que lhe foi negada pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, sob alegação de que essa medida ainda tem que ser regulamentada. O juiz Francisco Ozani de Lavor, da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), ao julgar a medida cautelar impetrada pelas médicas, discordou do argumento da universidade e foi taxativo: "Se entendermos que tudo deve ser regulamentado, não haverá Constituição e, portanto, cabe a nós, juízes, forçar a aplicação da nova Carta. Do contrário, ela não sai do papel."

Para Maria do Socorro Almeida Viana, a vitória na Justiça, é muito importante, "pois abre um precedente para que outras mulheres tenham coragem de lutar pelos seus direitos." Ela teve seu terceiro filho no dia 5 de novembro e retornaria ao trabalho em janeiro.

Obstetra e médica do trabalho, Maria do Socorro vai agora mover uma ação contra o Ministério do Trabalho, do qual também é funcionária (trabalha na Delegacia Regional), segundo Maria do Socorro, a decisão de não conceder a licença de 120 dias é do próprio Ministério, que enviou circular a todos os órgãos públicos, recomendando que os servidores fossem avisados e, se não concordassem, procurassem seus direitos na Justiça. "Eu procurei e ganhei, e espero que

todas as mulheres façam o mesmo", disse a médica.

Maria do Socorro e Telma são as primeiras mulheres beneficiadas, em Pernambuco, pela licença-maternidade de 120 dias através da Justiça. Segundo o juiz Francisco Ozani de Lavor, ele e seus colegas estão dispostos a conceder o benefício a todas que recorrerem à Justiça. "O direito de licença de 120 dias está consagrado na Constituição e o governo deve ser o primeiro a cumprir a lei", disse ele, explicando que não tem sentido esperar a regulamentação.

O juiz lembrou que, mesmo sendo a universidade um órgão federal, a Justiça do Trabalho está apta a julgar casos como esses, pois, pela nova Constituição, o Tribunal Regional do Trabalho tem esse direito. Quanto à alegação da universidade de que o INPS ainda não está ressarcindo os órgãos que concedem os 120 dias de licença, o juiz disse que cabe também ao governo corrigir essa distorção: "Algumas empresas particulares já estão concedendo o benefício, mesmo com prejuízos, e por que o governo não pode dar o bom exemplo?", indagou.

A pediatra Telma Azevedo Correia, que em setembro teve o seu segundo filho, disse que os 120 dias de licença são muito importantes, pois permitem às mães amamentarem por um período mais longo. E, como Maria do Socorro, entende que a conquista na Justiça de um direito previsto na Constituição vai encorajar as outras mulheres a lutar pela licença de 120 dias.